

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO  
DE DEBÊNTURES DA PETROFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes:

de um lado, como emissora:

PETROFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., sociedade por ações, com sede no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Marumbi, nº 600, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 29.667.227/0001-77, doravante denominada simplesmente EMISSORA;

de outro lado, como agente fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade por ações com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 3.333, salas 307/308/309, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, nomeada neste e nele interveniente, representando a comunhão dos debenturistas, doravante denominada simplesmente AGENTE FIDUCIÁRIO; e

como interveniente anuente:

BANCO ITAÚ S.A., instituição financeira com sede na capital do Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, 176, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, neste ato representado por seus representantes legais, na forma de seu Estatuto Social, doravante denominado CENTRALIZADOR TRUSTEE ou ESCRITURADOR E MANDATÁRIO, conforme o caso,

vêm por esta e em regular forma de direito celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures da Petroflex Indústria e Comércio S.A. (doravante, respectivamente, a "Escritura de Emissão", a "3ª Emissão" e as "Debêntures"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - DA AUTORIZAÇÃO**

1. A 3ª Emissão de que trata a presente Escritura de Emissão, foi autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 21 de setembro de 2000.

**Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS**

2. A 3ª Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

**2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

A 3ª Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

**2.2. Arquivamento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária**

A Ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a 3ª Emissão, realizada em 21 de setembro de 2000, foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 1105338, em 27 de setembro de 2000 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, na Gazeta Mercantil - reg. SP e no Jornal do Commercio, em 03 de outubro de 2000, nos termos da Lei nº 6.404/76.

**2.3. Registro da Escritura de Emissão**

A presente Escritura de Emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o inciso III, do artigo 62, da Lei nº 6.404/76.

## **2.4. Da Delegação de Poderes ao Conselho de Administração**

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 21 de setembro de 2000, que deliberou sobre a 3ª Emissão, foram delegados ao Conselho de Administração da EMISSORA, poderes para deliberar sobre determinadas condições da 3ª Emissão, na forma do disposto no parágrafo primeiro, do artigo 59, da Lei nº 6.404/76, incluindo-se sem limitação, poderes para determinar o *spread* a ser definido em procedimento de *bookbuilding* a que se refere o item 3.11.1.1. da Cláusula Terceira desta Escritura de Emissão.

### **Cláusula Terceira - DA 3ª EMISSÃO**

3. A 3ª Emissão observará as seguintes características e condições:

#### **3.1. Número de Séries**

A 3ª Emissão será efetuada em 1 (uma) única série.

#### **3.2. Data de Emissão**

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01.09.2000 ("Data de Emissão").

#### **3.3. Valor Nominal Unitário**

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

#### **3.4. Quantidade de Títulos**

Serão emitidas 6.000 (seis mil) Debêntures.

#### **3.5. Prazo e Vencimento**

As Debêntures terão prazo de 36 (trinta e seis) meses a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01.09.2003 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento das Debêntures, a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação total daquelas que ainda se encontrarem em circulação, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido dos juros remuneratórios, na forma dos itens 3.11. e 3.12. desta Cláusula.

#### **3.6. Valor Total da 3ª Emissão**

O valor total da 3ª Emissão será de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), na Data de Emissão.

#### **3.7. Tipo e Forma**

As Debêntures serão do tipo simples, não conversíveis em ações e emitidas sob a forma escritural, sem a emissão de certificados.

#### **3.8. Espécie**

**3.8.1.** As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, conforme o artigo 58, da Lei nº 6.404/76, com privilégio geral sobre os ativos da EMISSORA e preferência sobre qualquer nova emissão de debêntures que venha a contar com garantia flutuante.

**3.8.2.** As Debêntures serão preferidas em seu privilégio sobre os ativos da EMISSORA, constituído por meio da garantia flutuante estabelecida para a 3ª Emissão, pelas debêntures da 2ª série da 1ª emissão e da 2ª emissão da EMISSORA, que também contam com garantia flutuante.

#### **3.9. Garantia Adicional**

**3.9.1.** Como garantia adicional ao cumprimento de suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão (as "Obrigações"), a EMISSORA constitui em favor dos debenturistas, penhor dos créditos de que é titular ou virá a ser, em decorrência do fornecimento de produtos a determinados clientes (os "Clientes"), nos termos do Instrumento de Penhor que constitui o Anexo I desta Escritura de Emissão (a "Garantia Adicional").

**3.9.2.** Os direitos creditórios originados dos fornecimentos de produtos pela EMISSORA aos Clientes (os "Créditos") existentes e/ou que venham a existir, garantirão o bom e fiel cumprimento das Obrigações, a qualquer tempo e até a sua completa liquidação. Para efeito de execução da Garantia Adicional, serão executados os Créditos em ordem decrescente, definida com base no valor de cada um dos Créditos.

**3.9.3.** Em qualquer hipótese, o somatório dos Créditos, acrescidos dos depósitos referidos no item 3.9.4. desta Cláusula deverá representar, durante todo o tempo de existência das Debêntures, necessariamente, pelo menos, 125% (cento e vinte e cinco por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios e, quando for o caso, de Multa e demais Juros Moratórios devidos, bem como de eventuais outros acréscimos, apurados nos termos desta Escritura de Emissão.

**3.9.3.1.** O valor dos Créditos, para fins de verificação do limite de 125% (cento e vinte e cinco por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação referido no item 3.9.3., será determinado a partir dos preços e quantidades estabelecidos para o fornecimento dos produtos pela EMISSORA, à época da verificação.

**3.9.4.** O produto decorrente do pagamento dos Créditos será depositado na conta-corrente de titularidade da EMISSORA nº 01724-9, mantida junto ao Banco Itaú S.A., na qualidade de CENTRALIZADOR TRUSTEE, na Agência nº 2001 - Private Bank, situada na Cidade São Paulo e Estado de São Paulo ("Conta Centralizadora do Faturamento"), ficando acordado que os valores dos depósitos efetuados pelos Clientes na Conta Centralizadora do Faturamento referentes aos pagamentos dos Créditos, também integrarão a Garantia Adicional.

**3.9.4.1.** A Conta Centralizadora do Faturamento será movimentada unicamente através da realização de transferências para a conta-corrente indicada no item 3.9.5 abaixo, não sendo permitidos quaisquer outros meios de movimentação.

**3.9.4.2.** A fim de que o AGENTE FIDUCIÁRIO possa verificar a regularidade, manutenção da suficiência e exequibilidade da Garantia Adicional, nos termos do item 3.9.3. da Cláusula Terceira e do item 5.5(s) da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão, o CENTRALIZADOR TRUSTEE fornecerá ao AGENTE FIDUCIÁRIO, relatórios mensais sobre os valores depositados na Conta Centralizadora de Faturamento até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, a contar do encerramento de cada mês. Não obstante o envio de tais relatórios mensais, o AGENTE FIDUCIÁRIO será informado pelo CENTRALIZADOR TRUSTEE diariamente, sempre que houver saldo e/ou movimentação na Conta Centralizadora de Faturamento, por meio de extrato de movimentação da Conta Centralizadora de Faturamento.

**3.9.4.3.** A contratação de outra instituição financeira para a execução dos serviços de CENTRALIZADOR TRUSTEE previstos nesta Escritura de Emissão, somente poderá ocorrer mediante: (i) a aprovação da Assembléia de Debenturistas, que deverá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, nos termos da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão e (ii) formalização de aditamento à presente Escritura de Emissão, no qual a nova instituição financeira contratada nos termos do item (i) anterior, figure como interveniente anuente.

**3.9.5.** O produto decorrente do pagamento dos Créditos à EMISSORA nos termos do item 3.9.4. desta Cláusula, apenas será retido pelo CENTRALIZADOR TRUSTEE na Conta Centralizadora do Faturamento, ficando vinculado ao pagamento das Obrigações, na medida em que se verifique a inadimplência da EMISSORA com relação às Obrigações. A EMISSORA, enquanto estiver em dia com as Obrigações, somente poderá dispor livremente do produto decorrente do pagamento dos Créditos depositado na Conta Centralizadora do Faturamento, se observadas as condições estabelecidas no item 3.9.7. desta Cláusula e após a compensação bancária dos respectivos cheques ou outros meios de pagamento sujeitos à compensação, sendo que o referido saldo disponível, se existir, deverá sempre ser transferido, no dia útil imediatamente posterior ao seu depósito e/ou à sua compensação, se for o caso, para a conta-corrente de movimento da EMISSORA nº 00208-7, mantida junto ao Banco Itaú S.A., na Agência nº 911, situada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

**3.9.6.** Caso a EMISSORA deixe de efetuar qualquer pagamento relativo ao cumprimento das Obrigações, o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá executar a Garantia Adicional para pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios e, quando for o caso, de Multa e demais Juros Moratórios devidos, conforme estabelecidos nos itens 3.11., 3.12. e 3.15. desta Cláusula. Caso verificada a inadimplência das Obrigações, os recursos mantidos e os depósitos efetuados junto à Conta Centralizadora do Faturamento tornar-se-ão, de imediato, indisponíveis para a EMISSORA e serão utilizados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO para efetuar o pagamento, em favor dos debenturistas, das Obrigações vencidas e não pagas pela EMISSORA.

**3.9.7.** Enquanto perdurarem as Obrigações, a EMISSORA deverá, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, atualizar e encaminhar, ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a indicação discriminada e individualizada do montante dos Créditos devidos e efetivamente pagos pelos Clientes no mês imediatamente anterior, assim como dos montantes dos Créditos a serem recebidos nos próximos 3 (três) meses. Para a efetiva manutenção da regularidade, suficiência e exequibilidade da Garantia Adicional cuja verificação cabe ao AGENTE FIDUCIÁRIO nos termos do item 5.5(s) da Cláusula Quinta da Escritura de Emissão a EMISSORA deverá reforçá-la, na hipótese de risco de sua deterioração ou depreciação, ou em qualquer outra hipótese em que a Garantia Adicional se encontre abaixo do nível de 125% (cento e vinte e cinco por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios e, quando for o caso, de Multa e demais Juros Moratórios correspondentes, conforme estabelecidos nos itens 3.11., 3.12. e 3.15. desta Cláusula, bem como de eventuais outros acréscimos, na forma prevista nesta Escritura de Emissão.

**3.9.8.** Em até 3 (três) dias úteis antes de cada uma das datas de vencimento das parcelas de Juros Remuneratórios e das datas de amortizações programadas, conforme estabelecidos nos itens 3.11. e 3.12. desta Cláusula, o banco contratado pela EMISSORA para prestar os serviços de liquidação financeira das Obrigações, interveniente anuente nesta Escritura de Emissão na qualidade de ESCRITURADOR E MANDATÁRIO, informará à EMISSORA e ao AGENTE FIDUCIÁRIO, por meio de comunicação escrita, os valores a serem pagos pela EMISSORA aos debenturistas referentes aos Juros Remuneratórios e às amortizações programadas, conforme estabelecidos nos itens 3.11. e 3.12. desta

Cláusula, com base na estimativa da "Taxa DI", nos termos do item 3.11.1. abaixo, devida até as datas de vencimento das parcelas de Juros Remuneratórios e das datas de amortizações programadas, devendo os respectivos valores definitivos serem confirmados pela EMISSORA e pelo AGENTE FIDUCIÁRIO para que, então, a EMISSORA possa informá-los à Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP").

**3.9.9.** Na mesma comunicação escrita a ser enviada pelo ESCRITURADOR E MANDATÁRIO à EMISSORA de que trata o item 3.9.8. supra, o ESCRITURADOR E MANDATÁRIO requisitará à EMISSORA os recursos no montante previsto, necessário para o pagamento aos debenturistas dos Juros Remuneratórios e das amortizações programadas, conforme estabelecidos nos itens 3.11. e 3.12. desta Cláusula, sendo que os respectivos recursos deverão ser fornecidos pela EMISSORA ao ESCRITURADOR E MANDATÁRIO até às 12:00 (doze) horas do dia útil imediatamente anterior às datas de vencimento das Obrigações. Adicionalmente, a EMISSORA deverá instruir o ESCRITURADOR E MANDATÁRIO para que utilize os recursos fornecidos para efetuar, em favor dos debenturistas, o pagamento das Obrigações vincendas.

**3.9.10.** Caso a EMISSORA não tenha depositado junto ao ESCRITURADOR E MANDATÁRIO o montante de recursos, em moeda corrente nacional, necessário à quitação das Obrigações vencidas e não pagas pela EMISSORA conforme item 3.9.9, o CENTRALIZADOR TRUSTEE, imediatamente, mediante solicitação do AGENTE FIDUCIÁRIO, e independentemente de qualquer formalidade: (i) passará a reter os valores depositados na Conta Centralizadora do Faturamento; e (ii) transferirá os recursos depositados na Conta Centralizadora do Faturamento, até o montante das Obrigações vencidas e não pagas, acrescidas da Multa e dos Juros Moratórios, conforme estabelecido no item 3.15. desta Cláusula, para a conta-corrente nº 22.630-7, de titularidade do AGENTE FIDUCIÁRIO, mantida no Banco Itaú S.A., na Agência nº 3831 - Personnalité Barra, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. A EMISSORA, neste ato, outorga ao CENTRALIZADOR TRUSTEE, em caráter irrevogável e irretratável, os poderes necessários para tanto, na forma do artigo 1317, inciso II, do Código Civil Brasileiro.

**3.9.10.1.** Ressalvadas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão decorrentes de sua atuação como administrador da Conta Centralizadora do Faturamento, o CENTRALIZADOR TRUSTEE fica, desde já, isento de quaisquer responsabilidades pelo cumprimento das obrigações assumidas pela EMISSORA.

**3.9.11.** A conta-corrente do AGENTE FIDUCIÁRIO referida no item 3.9.10. acima somente poderá ser debitada para a transferência de recursos ao ESCRITURADOR E MANDATÁRIO em favor dos debenturistas, para a quitação das Obrigações vencidas e não pagas pela EMISSORA, acrescidas da Multa e dos Juros Moratórios, conforme estabelecido no item 3.15. desta Cláusula, se for o caso, já deduzidos (i) o valor da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras ("CPMF") devida em razão da transferência dos referidos recursos ao ESCRITURADOR E MANDATÁRIO em favor dos debenturistas e/ou (ii) quaisquer outros tributos que incidam ou venham a incidir sobre tais recursos. Para esse fim, o cálculo do valor das Obrigações vencidas e não pagas acrescidas da Multa e dos Juros Moratórios deverá ser feito pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, sempre considerando o período compreendido entre as datas de vencimento e a data de efetiva quitação das Obrigações, a qual ocorrerá no dia útil imediatamente posterior ao recebimento dos recursos pelo ESCRITURADOR E MANDATÁRIO.

**3.9.12.** Caso as Obrigações objeto da 3ª Emissão tenham seu vencimento antecipado declarado por qualquer razão, nos termos do item 3.22. desta Cláusula, ou se a EMISSORA deixar de honrar qualquer uma de suas Obrigações, os procedimentos referidos neste item 3.9. continuarão sendo aplicáveis. Isto significa que o AGENTE FIDUCIÁRIO instruirá o CENTRALIZADOR TRUSTEE a reter os recursos depositados na Conta Centralizadora do Faturamento e, imediatamente, transferir os respectivos recursos para a conta-corrente mantida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, referida no item 3.9.10. desta Cláusula, para o fim de liquidar as Obrigações vencidas e não pagas pela EMISSORA ou, ainda, antecipadamente vencidas, sem prejuízo da faculdade do AGENTE FIDUCIÁRIO de tomar quaisquer outras medidas que lhe forem autorizadas por lei, por esta Escritura de Emissão ou pelo Instrumento de Penhor.

**3.9.13.** O penhor dos Créditos tratado neste item 3.9. é regulado pelo Instrumento de Penhor, que constitui o Anexo I da Escritura de Emissão e que deverá ser registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos. O custo do registro será arcado integralmente pela EMISSORA.

### **3.10. Condições de Integralização e Subscrição**

Para os efeitos de subscrição das Debêntures da 3ª Emissão, o preço de subscrição de cada uma das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido dos Juros Remuneratórios acumulados e não pagos, desde a Data de Emissão ou da data da última parcela de pagamento dos Juros Remuneratórios, até a data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures. A integralização dar-se-á à vista, no ato da subscrição, em (i) moeda corrente nacional ou (ii) debêntures da 2ª emissão da EMISSORA, nos termos da escritura de emissão celebrada em 30.11.1998.

### **3.11. Juros Remuneratórios**

**3.11.1.** As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário, não amortizado, observado o disposto no item 3.11.3. e estabelecidos com base na taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP e no

Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, doravante denominada "Taxa DI", acrescida de *spread* de 1% (um inteiro por cento) ao ano, base 360 dias, calculado de forma exponencial, sendo que o *spread* final será estabelecido na forma prevista no item 3.11.1.1. a seguir (os "Juros Remuneratórios").

**3.11.1.1.** Para definição do *spread* mencionado no item 3.11.1. acima, será adotado o procedimento de *bookbuilding* na distribuição das debêntures, que consiste na verificação junto aos investidores das suas respectivas demandas aos diversos níveis de taxas de remuneração, de modo a se atingir o objetivo de atender ao maior número de investidores com a menor taxa a ser paga pela EMISSORA. Ao final deste processo, o Conselho de Administração da EMISSORA fixará em reunião, a taxa final dos Juros Remuneratórios das Debêntures, utilizando-se dos poderes para deliberar sobre determinadas condições da 3ª Emissão que lhe foram delegados na Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a 3ª Emissão das Debêntures, realizada em 21 de setembro de 2000.

**3.11.1.2.** Após a fixação do *spread* conforme descrito no item 3.11.1.1., a presente Escritura de Emissão será objeto de aditamento a fim de que o referido *spread* dela conste.

**3.11.2.** Os Juros Remuneratórios serão devidos semestralmente, nos dias 01.03.2001, 01.09.2001, 01.03.2002, 01.09.2002, 01.03.2003 e na Data de Vencimento, em 01.09.2003.

**3.11.3.** Os Juros Remuneratórios serão calculados diariamente, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento, tomando-se por base a Taxa DI divulgada no dia acrescida do *spread* mencionado no item 3.11.1. acima e serão acumulados desde a Data de Emissão até a data do pagamento da primeira parcela de Juros Remuneratórios, no caso da primeira parcela de Juros Remuneratórios, e, a partir daí, acumulados diariamente no período compreendido entre duas datas consecutivas de vencimento de Juros Remuneratórios.

**3.11.4.** Na hipótese de a Taxa DI aplicável não ser de conhecimento público, será utilizada a última Taxa DI divulgada para o período que encerrará na data de pagamento da próxima parcela de Juros Remuneratórios.

**3.11.5.** Persistindo a ausência de divulgação da Taxa DI, por período superior a 5 (cinco) dias úteis, ou caso a Taxa DI não mais possa ser utilizada para referenciar a remuneração de debêntures, pela superveniência de norma legal ou regulamentar, o AGENTE FIDUCIÁRIO convocará os debenturistas para, reunidos em Assembléia de Debenturistas, deliberarem, em conjunto com a EMISSORA, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado como "Taxa Substituta da Taxa DI", observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 7/99 e/ou a regulamentação aplicável, sendo facultado à EMISSORA, caso discorde da deliberação da Assembléia de Debenturistas, e desde que comunique sua decisão ao AGENTE FIDUCIÁRIO, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da Assembléia de Debenturistas, resgatar a totalidade das Debêntures em circulação em cronograma estipulado pela EMISSORA, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures, vigendo até o resgate o critério de remuneração deliberado pela referida Assembléia de Debenturistas, exceto com relação às Debêntures que vierem a ser resgatadas em um prazo de até 60 (sessenta) dias seguintes à data de realização da Assembléia de Debenturistas, para as quais prevalecerá, se assim preferir a EMISSORA, a mesma taxa vigente no período imediatamente anterior.

**3.11.6.** A apuração das parcelas de Juros Remuneratórios que deverão ser pagas pela EMISSORA, nas datas de vencimento dos Juros Remuneratórios, será realizada mediante a aplicação da fórmula abaixo:

$$J = VN \times \left\{ \left[ \prod_{i=1}^{i=f} (FI_i) \right] \times (S) - 1 \right\}$$

onde:

**J** = valor dos Juros Remuneratórios devidos na data final de cada Período de Capitalização;

**VN** = Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, na data de início do Período de Capitalização;

$\prod_{i=1}^{i=f}$  = produtório dos *i* termos *FI* referentes a cada dia útil contido entre a data de início e a data final de cada Período de Capitalização; com *i* variando de 1 até *f*.

**f** = número de dias úteis contidos entre a data de início e a data final de cada Período de Capitalização.

**FI<sub>i</sub>** = fatores de remuneração, verificados nos *f* dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data final do Período de Capitalização, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[ \left( \frac{TAXA DI}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right]$$

onde:

**TAXA DI** = taxa média diária de depósitos interfinanceiros - DI de um dia – extra grupo, calculada e divulgada pela CETIP, em cada dia útil contido entre a data de início e a data final de cada Período de Capitalização, expressa em percentual ao ano;

**di** = número de dias úteis correspondentes ao prazo de validade da TAXA DI;

**S** = fator de *spread* calculado conforme fórmula abaixo:

$$S = \left[ \left( \frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{dc}{360}} \right]$$

onde:

**s** = *spread* expresso em % ao ano, a ser definido em procedimento denominado *bookbuilding*, base 360 dias.

**dc** = número de dias corridos do Período de Capitalização;

Define-se:

**a) Período de Capitalização** - intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento de Juros Remuneratórios, inclusive, no caso dos Períodos de Capitalização subsequentes, e termina na data prevista do pagamento de Juros Remuneratórios, exclusive, correspondente ao período respectivo. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Juros Remuneratórios correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, a contar da Data de Emissão, vencendo-se em 01.03.2001, 01.09.2001, 01.03.2002, 01.09.2002, 01.03.2003 e 01.09.2003.

### 3.12. Amortização Programada

As Debêntures terão seu Valor Nominal Unitário amortizado pela EMISSORA, em 4 (quatro) parcelas semestrais e consecutivas, conforme a seguinte programação:

DATA DE VENCIMENTO DA AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA	VALOR DA AMORTIZAÇÃO
01.03.2002	R\$ 2.500,00
01.09.2002	R\$ 2.500,00
01.03.2003	R\$ 2.500,00
01.09.2003	R\$ 2.500,00

### 3.13. Procedimento de Distribuição

A distribuição das Debêntures será pública, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação no mercado de balcão, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no Artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, sendo atendidos preferencialmente os clientes das instituições financeiras participantes da distribuição das Debêntures, inexistindo reservas antecipadas, lotes máximos ou mínimos.

### 3.14. Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação junto ao SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

### 3.15. Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo impuntualidade da EMISSORA no pagamento de qualquer das parcelas do Principal e dos Juros Remuneratórios, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela EMISSORA, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 10% (dez por cento) ("Multa"), e a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês ("Juros Moratórios"), independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.



### 3.16. Decadência do Direito aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 3.15. supra, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de Juros Remuneratórios, atualização monetária e Multa, no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

### 3.17. Resgate Antecipado Facultativo

A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, observado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Emissão, mediante aviso prévio de 5 (cinco) dias úteis aos debenturistas, em conformidade com o previsto no item 3.21. desta Cláusula, promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, pelo saldo não amortizado do seu Valor Nominal Unitário, até a data do efetivo resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, devendo ser realizado com base no saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (a) dos Juros Remuneratórios calculados "*pro rata temporis*", contados a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento de Juros Remuneratórios, conforme o caso; e (b) do prêmio de reembolso equivalente ao saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios referidos no item (a) deste item, multiplicado pela alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras ("CPMF") vigente à época de tal resgate, ou do tributo que vier a substituí-la. Em ocorrendo o resgate antecipado das Debêntures em circulação, serão as mesmas canceladas automaticamente.

### 3.18. Aquisição Facultativa

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo não amortizado do seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, observado o disposto no parágrafo segundo, do artigo 55, da Lei nº 6.404/76. Nesta hipótese, as Debêntures que eventualmente vierem a ser adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA ou serem novamente colocadas em mercado.

### 3.19. Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às amortizações das Debêntures, acrescidas dos Juros Remuneratórios, a que fizerem jus as Debêntures, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou por meio do ESCRITURADOR e MANDATÁRIO, na hipótese do debenturista não estar vinculado ao sistema CETIP.

### 3.20. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de término dos referidos prazos, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente bancário na praça onde deve ser efetuado o respectivo pagamento, sem nenhum acréscimo, a qualquer título, aos valores a serem pagos.

### 3.21. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da 3ª Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados na forma de avisos, no jornal "Gazeta Mercantil", em caderno nacional, ou na sua impossibilidade em jornal de circulação nacional, devendo a EMISSORA comunicar o AGENTE FIDUCIÁRIO e o ESCRITURADOR E MANDATÁRIO da realização da publicação.

### 3.22. Vencimento Antecipado

3.22.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá, desde que com fundamentos e com aprovação da comunhão dos debenturistas, de acordo com a Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da 3ª Emissão tratadas na presente Escritura de Emissão e exigir o pagamento pela EMISSORA, do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, até a data do efetivo pagamento, na ocorrência dos seguintes eventos:

a) protesto legítimo de títulos, que se verificarem a partir desta data, contra a EMISSORA, suas controladas, direta ou indiretamente, e ou suas coligadas, cujo valor global inadimplido ultrapasse R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas da sua ocorrência;

b) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA, bem como indisponibilidade, a qualquer título, dos Créditos sobre os quais foi constituído penhor como garantia adicional das Debêntures, nos termos do item 3.9. desta Cláusula;

c) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista na presente Escritura de Emissão e em seus Anexos, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir de aviso por escrito expedido pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

d) não manutenção da regularidade, suficiência e exequibilidade das Garantias Adicionais de que tratam o item 3.9. desta Cláusula, verificada em qualquer momento, durante todo o tempo de existência das Debêntures, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO nos termos da sua obrigação prevista no item 5.5.(s) da Cláusula Quinta desta Escritura de Emissão;

e) liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer forma de reorganização societária, envolvendo a EMISSORA, seus ativos e/ou os Créditos, ou que possa(m) afetar, direta ou indiretamente, as garantias e o integral cumprimento das obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura de Emissão, especialmente as garantias adicionais estabelecidas nos termos do item 3.9. desta Cláusula e no Instrumento de Penhor;

f) emissão de quaisquer valores mobiliários e/ou a contratação de quaisquer obrigações que possam de qualquer forma afetar as garantias, conforme definidas nos itens 3.8. e 3.9. desta Cláusula;

g) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA e/ou de sociedades por ela controladas em razão de inadimplência contratual de valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), não regularizado em um período de até 30 dias contados da data da caracterização do inadimplemento;

h) apresentação do pedido de falência da EMISSORA;

i) caso haja qualquer alteração no controle do capital social com direito a voto da EMISSORA; e

j) pagamento de dividendos pela EMISSORA além dos dividendos mínimos previstos no seu Estatuto Social.

**3.22.2.** Respeitado o disposto neste item 3.22., a EMISSORA obriga-se a incluir, a partir desta data, em todos os instrumentos seus que porventura venha a celebrar com terceiros, e também em toda e qualquer novação ou prorrogação que porventura venha a ser feita em relação aos Créditos, independentemente de tais instrumentos tratarem da cessão, transferência ou comprometimento, por qualquer meio, de parcela ou da totalidade da sua receita proveniente do recebimento dos Créditos, disposição expressa dando conta das garantias constituídas nos termos do item 3.9. e da absoluta preferência dos debenturistas da presente 3ª Emissão em relação aos Créditos, nos termos desta Escritura de Emissão.

**3.22.3.** A EMISSORA deverá encaminhar ao AGENTE FIDUCIÁRIO: (i) trimestralmente, relatório dando conta das pendências judiciais e administrativas, se houver, contra a EMISSORA, suas controladas, direta ou indiretamente, e/ou suas coligadas; e (ii) mensalmente, informações acerca de novas medidas judiciais e administrativas que porventura venham a ser tomadas contra/pela EMISSORA, suas controladas, direta ou indiretamente, e/ou suas coligadas.

**3.22.4.** O não exercício, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO e/ou pelos debenturistas, de faculdade prevista nesta Escritura de Emissão constitui mera liberalidade, não implicando, em hipótese alguma, em renúncia de direitos, novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura de Emissão.

**3.22.5.** Na ocorrência do vencimento antecipado, a EMISSORA obriga-se a efetuar o pagamento de todas as suas obrigações em até 10 (dez) dias úteis a partir da comunicação por escrito à EMISSORA através de carta protocolada.

### **3.23. Repactuação**

**3.23.1.** A Repactuação das Debêntures ocorrerá em 01.03.2002 (a "Data de Repactuação").

**3.23.2.** O Conselho de Administração da EMISSORA deverá deliberar e comunicar aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da Data de Repactuação, as condições aplicáveis ao período subsequente de incidência de Juros Remuneratórios ("período subsequente de incidência de Juros Remuneratórios"), incluindo:

I. o prazo do período subsequente de incidência de Juros Remuneratórios;

II. o tipo e o(s) percentual(is) de Remuneração a vigorar durante o período subsequente de incidência de Juros Remuneratórios; e

III. a periodicidade de pagamento de Juros Remuneratórios.

**3.23.3.** As condições fixadas pelo Conselho de Administração da EMISSORA de acordo com o disposto na Cláusula 3.23.2, acima, serão comunicadas aos debenturistas na forma do item 3.21 desta Cláusula, concedendo-se o prazo de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis, contado da data da publicação da comunicação, para que os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas manifestem sua não aceitação, por meio



da CETIP, ou por correspondência dirigida para o endereço da EMISSORA, nos casos dos debenturistas não vinculados ao sistema CETIP, cabendo ao Conselho de Administração da EMISSORA fixar na referida comunicação o prazo máximo para a manifestação dos debenturistas, que não poderá exceder a data de encerramento do respectivo período de incidência de Juros Remuneratórios.

**3.23.4.** Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.17. acima, a EMISSORA obriga-se a adquirir ou resgatar as Debêntures dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração da EMISSORA e que se manifestaram de acordo com o disposto na Cláusula 3.23.3. acima, pelo Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data da efetiva aquisição ou resgate, que deverá ocorrer na data de encerramento do respectivo período de incidência de Juros Remuneratórios. A aquisição ou resgate a que se refere esta Cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

#### **Cláusula Quarta - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

**4.1.** A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

**4.1.1.** fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a)** dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras relativas a esse período;
- b)** dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópias de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao exercício encerrado, devidamente auditadas por auditores independentes;
- c)** cópias de suas informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93;
- d)** cópia, na data de sua publicação, de qualquer ato relativo à 3ª Emissão, que venha a ser publicado pela EMISSORA, na forma do item 3.21. da Cláusula Terceira;
- e)** cópia de aviso aos debenturistas contendo informações das datas de pagamento da amortização e da remuneração das Debêntures; e
- f)** imediatamente, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada.

**4.1.2.** proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais;

**4.1.3.** complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior, com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações financeiras legalmente exigíveis;

**4.1.4.** não pagar dividendos, salvo o disposto no Artigo 202, da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento do principal, acrescido dos Juros Remuneratórios, Multa e demais Juros Moratórios, conforme itens 3.11. e 3.15. da Cláusula Terceira desta Escritura de Emissão, respectivamente, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;

**4.1.5.** manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93;

**4.1.6.** submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;

**4.1.7.** manter, em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, por meio do ESCRITURADOR E MANDATÁRIO.;

**4.1.8.** dar tratamento *pari passu* às Debêntures emitidas nos termos desta Escritura de Emissão caso venha a EMISSORA a emitir valores mobiliários que tenham características semelhantes às Debêntures, com condições mais vantajosas em termos de garantias;

**4.1.9.** manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes; e

**4.1.10.** não realizar operação fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.

#### **Cláusula Quinta - DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

**5.1.** A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da Emissão objeto da presente Escritura de Emissão, a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, acima qualificada, a qual, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos debenturistas perante a EMISSORA.

**5.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO declara:**

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro, do Artigo 66, da Lei nº 6.404/76, e o Artigo 9º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função para a qual neste ato é nomeado;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão em todas as suas cláusulas e condições;
- d) que não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10, da Instrução CVM nº 28/83; e
- e) ter verificado a regularidade da constituição das garantias fluante e adicional das Debêntures, bem como, o valor e a suficiência dos bens dados em garantia, comprometendo-se a observar a manutenção de sua regularidade, suficiência e exequibilidade, nos termos do inciso IX, do artigo 12, da Instrução CVM nº 28/83.

**5.3. Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração paga da seguinte forma:**

- a) parcelas anuais de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sendo que a primeira parcela será devida no 1º (primeiro) dia útil do mês seguinte ao da publicação do 1º Anúncio de Início de Distribuição Pública, as parcelas seguintes, na mesma data dos anos posteriores;
- b) as remunerações previstas na alínea "a" acima serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA;
- c) as parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IGP-M, ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão das Debêntures, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro-rata die" se necessário;
- d) na hipótese de IGP-M, em cada mês de referência, apresentar taxa de variação negativa, expressando uma deflação de preços, considerar-se-á, como variação para o referido mês, a taxa de 0% (zero por cento) que, por definição, não virá a alterar a variação acumulada do IGP-M até o período imediatamente anterior ao cálculo a que se refere;
- e) as remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela EMISSORA, conforme descrito no item 5.9.1. desta Cláusula. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA;
- f) o AGENTE FIDUCIÁRIO não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da EMISSORA, ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela EMISSORA ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões;
- g) todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser ressarcidas pela EMISSORA imediatamente após o AGENTE FIDUCIÁRIO prestar-lhe contas sobre tais despesas. Tais despesas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pela EMISSORA. Caso o crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por tais despesas não seja saldado pela EMISSORA, o mesmo será acrescido à dívida da EMISSORA representada pelas Debêntures e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento;
- h) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos aos Juros Moratórios e à Multa, na forma definida para as Obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão; e
- i) as remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

**5.4. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO observará as seguintes condições:**

- a) nos casos de vacância, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, será realizada assembleia dos debenturistas para escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO ou ser substituído pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; e

b) caso a convocação não ocorra em até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

**5.4.1.** A substituição permanente do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado no registro de imóveis juntamente com a Escritura de Emissão. A substituição fica sujeita a comunicação prévia à CVM e sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos impostos na Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

**5.4.2.** É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia de debenturistas especialmente convocada para esse fim.

**5.4.3.** O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, mediante publicação nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas à presente 3ª Emissão, nos termos do item 3.21. da Cláusula Terceira desta Escritura de Emissão.

**5.4.4.** Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO substituído, a parcela de remuneração, calculada *pro rata temporis*, até a data da efetiva substituição.

**5.5.** São deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO, com observância das obrigações previstas na legislação e regulamentação específica:

a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;

b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;

d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se houver;

h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protestos, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;

i) solicitar, quando necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

j) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas à presente 3ª Emissão;

l) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

m) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

(ii) alterações estatutárias ocorridas no período;

(iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital social;

- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) aquisições realizadas no período, bem como vendas de debêntures efetuadas pela EMISSORA;
- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;
- (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura de Emissão;
- (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO; e
- (x) pagamento da remuneração.

**n)** colocar o relatório de que trata a alínea anterior à disposição dos debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

- (i) na sede da EMISSORA;
- (ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, em local por esta indicado;
- (iii) na CVM;
- (iv) nas bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso; e
- (v) em estabelecimento da instituição que liderou a colocação das Debêntures.

**o)** publicar, nos órgãos da imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas à presente 3ª Emissão, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "n" acima.

**p)** manter atualizada a relação de debenturistas e seus endereços mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA.

**q)** fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da presente Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer.

**r)** notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- (i) à CVM; e
- (ii) às bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso.

**s)** verificar a regularidade da constituição das garantias fluante e adicional das Debêntures, bem como, o valor e a suficiência dos bens dados em garantia, comprometendo-se a observar a manutenção de sua regularidade, suficiência e exequibilidade, nos termos do inciso IX, do artigo 12, da Instrução CVM nº 28/83 e conforme disposto no item 3.9.4.2 acima, com base nas informações que lhe forem prestadas pela EMISSORA de acordo com o previsto no item 3.9.7 desta Cláusula.

**5.5.1.** O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar a assembléia de debenturistas quando verificar a insuficiência e/ou inexecutabilidade das garantias, a fim de que os debenturistas autorizem a substituição dos bens dados em garantia das Debêntures.

**5.6.** O comunicado aos debenturistas, no sentido de informá-los de que o relatório anual referido na alínea "m" do item anterior, está à disposição, será publicado no prazo máximo previsto na alínea "n" do mesmo item, no jornal onde a EMISSORA deva realizar as publicações relativas à presente Emissão.

**5.7.** A notificação de que trata a alínea "r" do item 5.5, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por publicação no jornal onde a EMISSORA deva realizar as publicações relativas à presente Emissão e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. As despesas decorrentes de eventuais ações judiciais serão de responsabilidade e cobertura dos debenturistas.

**5.8.** O AGENTE FIDUCIÁRIO, após decisão da assembléia de debenturistas, obedecido o quorum de instalação previsto no item 7.4. desta Escritura de Emissão, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;
- b) executar as garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;
- c) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA;
- d) requerer a falência da EMISSORA se não mais existirem bens para garantir as obrigações da EMISSORA; e
- e) declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura, nas hipóteses previstas no item 3.22. da presente Escritura.

**5.8.1.** O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b", "d" e "e" do item 5.8 anterior se a assembléia de debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria simples dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "c" do mesmo item.

**5.8.2.** Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura de Emissão for paga por meio de ação judicial, ou sua cobrança for feita por meio de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura, os honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido à cobrança.

**5.9.** A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

**5.9.1.** O ressarcimento a que se refere o item 5.9 supra será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos debenturistas.

**5.9.2.** As despesas a que se refere o item anterior compreendem, inclusive, o seguinte:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoção entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridade nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

#### **Cláusula Sexta - RENÚNCIA**

**6.1.** Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

#### **Cláusula Sétima - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS**

**7.1.** Os titulares das Debêntures de que trata esta Escritura de Emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia especial a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

**7.2.** A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pela EMISSORA, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

**7.3.** Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a Assembléia Geral de Acionistas.

7.4. A Assembléia dos Debenturistas será instalada, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da Assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.5. Na hipótese de a Assembléia não ter sido convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, este a ela deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.6. Nas deliberações da Assembléia, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

7.7. Toda e qualquer alteração nas Cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação.

7.8. Para efeito da constituição do quorum a que se refere esta Cláusula serão excluídas do número de Debêntures aquelas que a EMISSORA possuir em Tesouraria.

#### **Cláusula Oitava - DESPESAS**

8. Correrão por conta da EMISSORA todos os custos com o registro dos atos necessários para a colocação da presente 3ª Emissão, tais como a Escritura de Emissão, o Instrumento de Penhor (Anexo I desta Escritura de Emissão), a ata da Assembléia Geral Extraordinária e a ata da Reunião do Conselho de Administração, bem como os custos com a publicação dos extratos destas últimas, na forma da lei.

#### **Cláusula Nona - IRRETRATABILIDADE E IRREVOGABILIDADE**

9. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo o não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda, obrigando as partes por si e seus sucessores.

#### **Cláusula Décima - FORO**

10. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

Estando assim certos e ajustados, a EMISSORA e, na qualidade de intervenientes, o AGENTE FIDUCIÁRIO, o CENTRALIZADOR TRUSTEE e o ESCRITURADOR E MANDATÁRIO firmam a presente Escritura de Emissão, em 5 (cinco) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas.



Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2000.

PETROFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Por: **ISAAC PLACHTA**  
Diretor Superintendente  
Managing Director

Por: **Eduardo Carlos Lopes**  
Diretor Financeiro e de  
Relações com Investidores

PENTAGONO S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Por: **Marco Aurélio Machado**  
PROCURADOR

Por: **MAURÍCIO DA COSTA RIBEIRO**  
DIRETOR

BANCO ITAÚ S.A. COMO CENTRALIZADOR TRUSTEE

Por: **Gabrielle Houang Ortega-58995/A**  
Gerente Comercial

Por: **RIBERTO GERALDINI-45474/A**  
Gte. Oper. Cust. Fundos

BANCO ITAÚ S.A. COMO ESCRITURADOR E MANDATÁRIO

Por: **Luiz Loureiro - 55952/A**  
Gerente Conta Acionistas

Por: **José Idelfonso Passos Neri-60554/A**  
Gerente Conta Acionistas

Teste: **EDUARDO PRADO SANTOS**  
RG: 13.196.351-K  
CPF: 090.396.938-62

Nome: **ADEMAR VENTURA DE OLIVEIRA**  
RG: 3.360.569  
CPF: 339.103.328-20

8.º Cartório de Notas da Capital - SP - Tabelião Bel. Douglas Eduardo Dualibi  
Rua XV de Novembro, 317 - Centro - CEP: 01013-907 - Tel.: 338-3323 (7AB3).

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de: GABRIELLE HOANG ORTEGA, RIBERTO GERALDINI,  
LUIZ LOUREIRO, JOSE IDELFONSO PASSOS NERI, EDUARDO PRADO SANTOS, ADEMAR  
VENTURA DE OLIVEIRA  
SAO PAULO, 20 de novembro de 2000  
Pago R\$ 10,24 EM TEST. DA  
326423652813056002611  
Válido somente com

